



Anais da Assembléia

Nº 12

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1983

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Ervin Bonkoski e Djalma de Almeida Cesar.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Roberto Requião, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte, (36); achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Airton Cordeiro, Deni Schwartz, Edgar Pimentel, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fiori Luiz, Gabriel Sampaio, Hermas Brandão, Homero Oguido, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Pereira, Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Rubens Bueno, Wilson Fortes. (22).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, Líderes do PMDB e do PDS, requerem a suspensão da sessão ordinária da próxima quarta-feira, dia 16 de março corrente, a fim de possibilitar aos membros desta Casa, assistirem a transmissão dos cargos dos novos Secretários de Estado.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1983.

(aa) NILSO SGUAREZI e LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. JUCUNDINO FURTADO, DD. Presidente do Conglomerado BANESTADO, solicitando seja instalada uma agência desse estabelecimento oficial de crédito, no Município de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, neste Estado.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Contando com uma população de aproximadamente 40.000 habitantes, o Município de Santo Antônio do Sudoeste,

pelo seu expressivo desenvolvimento agrícola. É centro de grande circulação de moeda, face ao elevado movimento de comercialização de seus produtos.

Conhecido pela produção de soja, feijão, milho e outros cereais, além da criação de suínos, Santo Antônio do Sudoeste carece de um melhor atendimento bancário, necessitando principalmente de um estabelecimento oficial de crédito para concretizar com maior facilidade as operações que dele dependem.

Propiciando considerável arrecadação ao Estado e ao País, o Município de Santo Antônio do Sudoeste vem de longa data reivindicando a instalação de uma agência do Banco do Estado do Paraná em sua rede.

Representando, como já frisamos, um núcleo de grandes produções originárias não só da agricultura, mas igualmente da suinocultura, aquele município, que se encontra em franco progresso, espera contar com a devida atenção da presidência desse conglomerado, no sentido de que se realize esta justa aspiração.

Pelo conhecimento que temos das inaugurações de novas agências do Banco do Estado, não só no Estado, mas inclusive no exterior, acreditamos que a imediata inclusão da cidade de Santo Antônio do Sudoeste no plano de expansão que ora se verifica, será medida de inteira justiça.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Leis e pelas normas inseridas na Constituição Estadual, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Desembargador ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, de teor seguinte:

Senhor Presidente:

O Poder Legislativo, além de suas prerrogativas constitucionais, sistematicamente, transforma-se em palco de reivindicações que, no mais das vezes, escapam da esfera de sua competência, mas que, pela seriedade e oportunidade, necessitam a mais consciente atenção.

Assim é, que traduzindo o pensamento e reclamos de populações carentes de serviços da área do judiciário, notadamente as dos distritos administrativos de Vila Alta, Município de Umuarama e Carbonera, Município de Maria Helena, dirijo-me a Vossa Excelência, com a finalidade de sugerir a determinação das medidas legais pertinentes à criação dos respectivos Distritos Judiciários, nestas localidades.

Dada a urgência que a matéria está a exigir, não nos foi possibilitada a oportunidade de obtenção de dados mais abrangentes e esclarecedores acerca dos mencionados Distritos Administrativos, o que, sem dúvida, é suprido nas manifestações oficiais das prefeituras municipais, em seu poder, que servirão de subsídios concretos à consecussão da medida pleiteada.

Entretanto, convém ressaltar que referidos distritos, distam 65km e 19 km, respectivamente das sedes dos municípios que integram, traduzindo a distância, por si só, um enorme obstáculo aos habitantes que necessitam serviços de registros públicos e notariais.

Ademais o contingente populacional e eleitoral destas localidades, as suas atividades comerciais e agropecuárias, estão a merecer melhor atendimento em todos os setores e não somente nos serviços judiciários.

Assim, esperam estes paranaenses, de Vossa Excelência, o

acolhimento de suas pretensões, já em trâmite naquela Corte de Justiça, o que traduzirá o mais feliz exemplo de salvaguarda dos interesses de toda aquela coletividade.

Acima de tudo, aguardamos o benefício que por certo advirá de sua brilhante habilidade e penetrante inteligência na razão e na consideração das aspirações dos postulantes.

Na certeza do acatamento a esta sugestão, que espero ver concretizada, manifesto e a gratidão dos operosos habitantes de Vila Alta e Carbonera e a confiança que depositamos nos ministradores da Justiça de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, no sentido de serem determinadas urgentes providências visando a revisão dos proventos de inatividade dos ex-integrantes da Guarda Civil do Paraná, na conformidade com que estabelece o Art. 75 da Constituição Estadual e da Lei n.º 7517, assegurando-se que os ex-Guardas Cíveis de níveis 14 e 16 tenham seus proventos de inatividade calculados com base nos vencimentos do Agente de Segurança de 2.ª e 1.ª Classe, respectivamente, e que os ex-Inspetores da Guarda Civil níveis 18, 19 e 20 aos vencimentos do Detetive de 3.ª, 2.ª e 1.ª Classe, respectivamente.

Tal apelo se faz com o intuito de reconhecimento aos ex-integrantes da laboriosa e saudosa Guarda Civil do Paraná, que durante a sua existência, através de sua valorosa Corporação, inestimáveis serviços públicos prestou à população paranaense. Atualmente, a grande maioria se encontra aposentada e face à extinção da mesma, seus integrantes ficaram com suas situações funcionais em desigualdade com a dos funcionários de outros órgãos.

A revisão dos proventos, mais do que justiça, será o reconhecimento e a gratidão dos Poderes Públicos àqueles que tudo de si deram em prol da segurança e bem estar da nossa população.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

O Sr. Presidente registra com satisfação a presença, no plenário, do Sr. Prefeito de Capitão Leônidas Marques, Lino Bergonsin, bem como da Vereadora de Curitiba, Marlene Zanin.

Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago à tribuna, na sessão de hoje, uma preocupação de muitos motoristas de caminhão, proprietários que fazem e perfazem, no Estado, o transporte e também uma preocupação do Paraná e do povo do Paraná. Ocorre, Sr. Presidente, que há mais de um ano, instituiu-se o controle de peso de carga através de balanças do DNER na BR 277. Isto ocorreu, infelizmente já tarde, porque depois que o transporte pesado, os assim chamados “cebolões da Itaipu”, sempre em excesso de peso, praticamente contribuíram para destruição da BR 277, rodovia de importância vital para o escoamento do soja e dos produtos do Oeste do Paraná. Instituiu-se a balança. Já veio tarde a medida, devia ter vindo antes. Não quero dizer que foi para proteger a Bi-Nacional Itaipu, que não se instituiu antes essas balanças.

Somos favoráveis a esse controle, porque é exatamente para preservar as nossas rodovias. No entanto, o que não podemos admitir, é que se faça o controle apenas sobre a rodovia

já praticamente destruída. Abrindo assim a possibilidade de certas reansportadoras imporem aos motoristas e aos transportadores de cargas que desviem as balanças, usando estradas e rodovias estaduais, perfazendo muitas vezes, mais de 129 km de contorno, aumentando assim os gastos de combustível. E que é mais lastimável, passam agora a destruir as rodovias estaduais que não foram construídas para o transporte de tal tráfego. O que nós solicitamos há uma semana ao DER, que faça uso daquelas balanças portáteis que foram adquiridas com o dinheiro do povo do Paraná para que realmente se fiscalize as outras rodovias e assim se preserve a rodovia estadual que também já passa a sofrer danos por excesso de peso transporte.

O DER nos prometeu de que ainda na semana passada estaria funcionando, mas volta o clamor dos motoristas, volta o clamor inclusive de donos de postos de gasolinas que se instalaram na Rodovia BR-277 para atender o intenso tráfego que tinha e estão sofrendo defasagem porque o tráfego está sendo desviado, o transporte é feito por rodovias estaduais. O DER apenas acionou uma das tantas balanças que comprou. Não queremos pre-julgar de que seja influência de multinacionais, que já começam também a abocanhar a área de transportes, que faz com que o DER seja negligente na fiscalização das rodovias estaduais que estão necessitando urgente medida nesse sentido para que não se destrua o resto que ainda existe de rodovias asfaltadas.

Não queremos pré-julgar, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que haja tráfico de influência das multinacionais, mas não entendemos, por outro lado, porque até o momento continua se negligenciando a conservação, a defesa das estradas estaduais.

É por isso que fazemos, desta tribuna, um apelo para que o DER tome medidas urgentes para que as estradas, as rodovias estaduais, sejam preservadas para que as balanças sejam usadas e para que haja um tratamento igual à Rodovia Federal 277 como nas demais.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados: (Lê):

“As artes, meus amigos, estão todas falidas; isto aqui é o País legendário de Nidas. Faço, desta tribuna, o meu lamento, profundamente plangente, a favor dos poetas, dos músicos, dos escritores, compositores, pintores e artistas em geral do Paraná, que alimentados pelos seus sonhos, pelos seus ideais, apoiados pela sua fibra e pelo povo, são praticamente esquecidos pelo Governo. Têm lhes faltado apoio e ajuda. Têm lhes faltado prestígio e reconhecimento valorizativo do seu trabalho. Vivem lutando duramente e sobrevivendo à duras penas. As organizações culturais, massificadas pela propaganda ou deslumbradas com o sucesso dos artistas de outros centros, preferem o sucesso das bilheterias ao prestígio das artes paranaense. O artista do Paraná, e vamos chamá-los todos assim, têm enfrentado a vida como se fora um touro selvagem, olhando o sol. Louvo a todos os artistas do Paraná, pela coragem e destemor, pelo valor e disposição de enfrentar e vencer as dificuldades mil que se lhes apresentam, na luta incessante de mostrar o próprio trabalho. Talvez a filosofia predominante neste regime ainda discricionário, seja a de que o santo de casa não faz milagre. Este Deputado, conhecedor das agruras e dificuldades vividas por todos eles, se posiciona para, deste Parlamento, ser a voz das reivindicações de apóio e prestígio aos poetas, aos músicos, aos pintores, compositores e artistas, escritores do Paraná. E faço, de pronto, um apelo ao futuro Secretário de Cultura e Esportes, Fernando Ghignone e à Secre-

tária da Educação, Professora Gilda Polí, para dar prioridade em todas as iniciativas de cunho cultural ou promocional, aos artistas do Paraná, até por uma questão de Justiça. Adotado este procedimento, por certo crescerá o Paraná no conceito da Federação e teremos a cultura paranaense respeitada, cultuada e admirada por todo o Brasil.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria, inicialmente, registrar prazerosamente a presença nesta Casa, que muito nos honra, do ilustre Prefeito da Cidade de Florai, Antônio Munhoz, que está entre nós, o Reinaldo seu assessor, companheiros do PMDB da cidade de Florai.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vim para esta Casa e quando estava em campanha já pensava em trazer para esta Assembléia Legislativa, um assunto que realmente foi bastante polêmico na região que represento. Tínhamos, normalmente, um trem de passageiros ligando a cidade de Maringá a Ourinhos e conseqüentemente São Paulo, atendendo Cianorte, atendendo Paissandu, atendendo Maringá, atendendo Marialva, Mandaguari, Londrina e, respectivamente, o Governo suprimiu aquela linha de passageiros via-ferroviária, ligando Maringá a São Paulo.

E aqueles que faziam uso do trem de passageiros, os mais humildes, os mais carentes, aqueles que não podem pagar o preço da passagem de ônibus, por exemplo, sentiram-se totalmente prejudicados. E favoreceu-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aí é que entra a grande questão, favoreceu-se uma empresa que ostenta, no Estado do Paraná, o monopólio do transporte pelo menos em nossa região, a Viação Garcia. Ora, suprimindo-se o trem de passageiros Maringá-São Paulo, tirando aquele meio de transporte, é evidente, é lógico que o passageiro precisaria de outro meio de transporte. Qual seria ele? Seria o ônibus. Seria a Viação Garcia.

O que ocorreu? A poderosa Viação Garcia colocou mais ônibus ligando Maringá e as cidades que citei, até São Paulo. Aumentou o seu movimento, aumentou o seu ganho, em detrimento ao sofrido homem que ocupava o trem de passageiros para fazer o trecho Maringá-São Paulo.

Na época foi feito um movimento em Maringá, e nas cidades da região, para que voltasse o “trem dos pobres”. É assim que é chamado na região aquele trem, o “trem dos pobres”; porque só transporta realmente o cidadão mais pobre.

Na oportunidade alegou-se que a FEPASA, que é um órgão do Governo do Estado de São Paulo, não tinha vagões disponíveis. Mas agora a coisa, creio eu, mudou. O Governador do Estado do Paraná, a partir do dia 15 será do PMDB, Sr. José Richa. O Governador do Estado de São Paulo, a partir do dia 15, será o Sr. Franco Montoro, do PMDB. Ora, se nós, PMDB, pregamos numa campanha eleitoral, se pregamos durante tanto tempo o atendimento especialmente ao mais humilde, ao mais carente, não vejo porquê e sinceramente estarei bradando desta tribuna contra os Governos do Paraná e de São Paulo, se necessário for, se o chamado “trem dos pobres” não voltar a fazer a ligação Maringá-Ourinhos e, conseqüentemente, São Paulo.

É grande a grita. Diariamente pessoas nos procuram e perguntam: e daí, Deputado? Será que agora com o Governo do PMDB em São Paulo, que envolve a FEPASA, no Paraná que envolve mais boa vontade, será que volta o “trem dos pobres”? Digo que volta, tenho certeza, tenho confiança no Governo do meu partido. Tenho total confiança no Governo de Richa. Tenho total confiança no Governo Montoro. E esta reivindicação, que não é de Maringá, que não é desta cidade, onde obtive a maior votação em meu favor, mas é uma região de Cianorte, é Apucarana, é Arapongas, é Londrina e temos

companheiros que representam estas cidades aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Conto, inclusive, com o apoio do nosso Líder, eminente companheiro Nilso Sguarezi, para que nos ajude na condição de homem-ponte na Bancada do PMDB com o Sr. Governador José Richa, para que esta reivindicação, que não é da região que o eminente Líder representa - mas que não é da região que o eminente Líder representa - mas que é uma região representada por seus liderados, para que ele também nos ajude a esta conquista que não será de Maringá, de Cianorte ou de Londrina, mas será especialmente do povo mais humilde e trabalhador de uma grande região.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa destaca a presença, no plenário, do Presidente do Diretório do PMDB de Piraí do Sul, Sr. Luiz Sguario. Bem como da Vereadora do PMDB de Piraí do Sul, Ludmari Sguario. A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso da palavra.

Fará uso da tribuna o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nobre Deputado Jorge Maia apresentou requerimento, ontem, pedindo a transcrição nos Anais da Casa, do editorial do jornal, “O Estado do Paraná”, sob o título: “Falência ou incompetência”. E hoje, o mesmo jornal, em primeira página, publica uma entrevista do nobre Deputado, em que estranha, nós do PMDB, não termos aprovado este requerimento.

Ou se respeita as regras do jogo, ou, data vênica, não se pode entender aqueles que querem que as suas vontades a todo custo, sejam satisfeitas.

Quando o Sr. Deputado propõe um requerimento à Casa, ele tem que partir da premissa e do pressuposto, que é um direito inalienável de todos os seus colegas, discutirem esta matéria. E o Regimento da Casa é muito claro neste sentido, de que a matéria que for pedida para discutir ela passa para a Ordem do Dia seguinte.

Então, Sr. Presidente, aonde estamos? Em que alguém propõe um requerimento e quer que seja aprovado nesta sessão em que não se permite o direito de os colegas discutirem?

Ora, Sr. Presidente, se pedimos para discutir, foi para hoje virmos aqui ressaltar o direito de imprensa, que não foi acatado muito tempo no Brasil, mas que nesta Assembléia haverá de ser respeitado, como pressuposto básico da democracia.

Os que querem democracia, sejam democratas, em primeiro lugar; respeitem o direito dos outros poderem se manifestar. E a minha manifestação é em favor deste requerimento. Porque não concordo com uma palavra do que o editorial diz, mas respeito o direito sagrado da imprensa se manifestar. Mesmo quando esta imprensa seja uma voz solitária a criticar a posição do PMDB dentro desta Casa.

Por isto, Sr. Presidente, perdoe-me até a maneira acalorada como começo este pronunciamento, mas ou nós respeitamos as regras do sistema democrático ou data vênica, não chegaremos a lugar nenhum. Aqueles que querem democracia devem ser democratas em primeiro lugar.

Então, nobre Deputado, não posso aceitar a estranheza de Vossa Excelência, quando vem no jornal de hoje, colocar uma posição em que elimina totalmente a nossa participação da discussão do seu requerimento, em que venho à tribuna dizer de que a nossa bancada vai votar favorável a ele. Não porque concorde com ele, mas porque há um pressuposto mais importante nisso tudo, que é a liberdade de imprensa.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, na realidade estou estranhando a empolgação de Vossa Excelência no que se refere à minha pessoa. O que eu tenho a dizer a Vossa Excelência é o seguinte: que não dei entrevista alguma a jornal nenhum. O que eu falei foi sobre adiamento de discussão de requerimento; o que eu estranhei, falei desta tribuna, na sessão passada, foi do requerimento do nosso Líder, Deputado Luiz Alberto de Oliveira, quando pediu, em Regime de Urgência, para que fosse votado o projeto dos inativos. Isto eu estranhei, estranho e não concordo com a atitude de Vossa Excelência e de sua bancada.

Agora, quanto ao pedido de discussão do meu requerimento, para transcrição nos Anais desta Casa de um editorial, não teci comentários, e se houve comentários, tecidos pela imprensa, foi de livre vontade do Sr. jornalista.

Quero, primeiramente, que o Senhor me prove que eu dei esta entrevista. E outra coisa, pelo que li, por cima, a notícia, porque não tive tempo hoje, acho que Vossa Excelência pode estar enganado, a estranheza do adiamento da discussão foi da rejeição do projeto dos inativos. Acho que o requerimento que pedi ontem, baseado nos Estatutos desta Casa, Vossa Excelência pediu e pediu com toda a competência que Vossa Excelência tem e todo o direito, e eu o respeitei e respeito.

Desde já agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência dizendo que irá votar favorável ao meu requerimento. Obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência ao propor ao requerimento "incompetência ou falência" quis destacar participação do jornal "O Estado do Paraná".

Vossa Excelência declarou que não deu entrevista alguma mas está em primeira página, eu tenho a notícia em mãos. "O Deputado Jorge Maia estranhou a atitude da bancada pe-medebista que adota este tipo de comportamento pela segunda vez em menos de uma semana. Em sua opinião, o requerimento se respalda pela liberdade de opinião tão exaltada pela liderança daquele partido, a esse respeito pouco há de se analisar".

Então, veja Sr. Deputado, Vossa Excelência declarou aqui que não disse nada. Seja coerente Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Nós não vamos permitir que os Deputados da nossa bancada sejam atacados aqui por um Líder conhecedor dos respaldos democráticos dentro desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Qual o artigo do Regimento Interno que está sendo infringido, Deputado?

A palavra está com o Deputado Nilso Sguarezi, que de acordo com o Regimento, concede a palavra, desde que entenda de que. entenda que deve fazê-lo. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então, Sr. Presidente, veja Vossa Excelência que o nobre Deputado declara aqui que não deu entrevista alguma e que o jornal publica a opinião dele. De duas uma, ou o nobre Deputado está mentindo, ou o jornalista que fez a matéria. E eu fico com a imprensa, porque a imprensa é livre e deve ser respeitada.

Temos que respeitar a opinião da imprensa. Fico com a imprensa mesmo discordando do que ela diz, porque ela tem o direito de produzir aquilo que ela pensa. O que nós não podemos concordar é que um Deputado vá fazer fuxico nas galerias e depois quando a notícia vira contra ele, ele retire.

Peço a Vossa Excelência que me assegure a palavra e retire o som.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente (Pela ordem) O

Artigo nº 153, como pode um Líder da bancada majoritária chamar um Deputado de fuxiqueiro? Onde está o Parlamento?

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Não procede seu aparte, porque o Artigo nº 153 não diz nada do que foi levantado.

Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, que está na tribuna.

Continua com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. NILSO SGUAREZI — É lamentável que quando cessam os argumentos, se queira user o mesmo argumento do regime que é a força. Numa democracia em que os homens são livres e civilizados os argumentos devem prevalecer e não a força.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa solicita ao Deputado Gabriel Manoel que se contenha respeitando o Deputado que está na tribuna e que requeira aparte que o Deputado poderá cedê-lo desde que assim o entenda.

A Mesa solicita que o nobre Deputado se contenha.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço que Vossa Excelência mantenha o decoro desta Casa, porque o Deputado Gabriel Manoel vem dizer que esta porcaria, o Poder Legislativo; Deputado Gabriel Manoel, isto não se faz, isto é uma Casa do Povo, é uma Casa séria, uma Casa de leis, uma Casa de ordem. Não é uma porcaria. O Poder Legislativo é o poder que nós devemos amar e respeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado Gabriel Manoel, devemos o devido respeito a esta Presidência, Deputado Gabriel Manoel. Esta não é uma Casa de brincadeiras, Deputado. Essa Presidência exige respeito e o Senhor se contenha como Deputado, respeitando o Deputado que está na tribuna.

Vou dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel, uma expressão muito usada por ele, que "enquanto os cães ladram, a caravana passa". Prossigo no meu pronunciamento.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso concordar com o editorial quando procura atribuir a nós incompetência, nós do PMDB que não chegamos ao Governo. E esquece uma incompetência gritante que o próprio jornal destaca na página seguinte ao editorial, ontem data em que o nobre Deputado Jorge Maia pede a transcrição deste editorial na Casa.

A Nação acorda conturbada pelo aumento da gasolina. E esta incompetência é objetiva, comprovada, sentida pelo povo brasileiro, porque, enquanto no exterior baixa o preço internacional do petróleo, Sua Excelência aumenta a gasolina. Está na página seguinte do jornal sobre a manchete "Petróleo russo a 27,50 dólar".

Ora, Srs. Deputados, isto é uma incompetência comprovada, sentida, objetiva, competência política foi aquela da última semana, quando submeteram à maior humilhação um homem digno do Paraná, o ex-Secretário da Educação e Cultura, Heletério Dalazen, que foi nomeado por este Governo despótico e arbitrário, e exonerado quatro horas após.

Pisando sobre a pessoa humana, quebrando com a dignidade de um homem. Esta incompetência política comprovada, acabando praticamente com a disposição de um homem, que entregou sua vida, sua dedicação, seu ideal pela causa pública em rasteira de incompetência política; este Governo pisoteia em cima das pessoas. Esta incompetência, senhores, se leva mais, quando na própria ata de hoje, está dito palavras do Deputado Jorge Maia, e a ata que foi aprovada está aí, quando ele

disse que apoiava a CPI da Falência dos Municípios, e quando dizíamos, que o Estado brasileiro dentro da atual estrutura administrativa e política levaria todos à falência, porque a Nação está falindo com a dívida, os municípios estão falidos e os Estados se encaminham para o mesmo papel.

Por isso, não podemos admitir, que não são verdadeiras as nossas críticas, quando dizíamos, na Mensagem, que o ICM não acompanhava o sentido da inflação, e a "Gazeta do Povo", jornal sob qualquer suspeita neste Estado, hoje, Sr. Presidente, tem a seguinte manchete: "ICM Com Crescimento Inferior à Inflação".

Diante dessas constatações, não podemos concordar com o editorial do "O Estado do Paraná", mas reconhecemos o direito de liberdade da imprensa, porque um povo também tem senso crítico. Interceder que esta incompetência que atribuem ao PMDB é meramente de ordem subjetiva daquele que fez o editorial, porque ela ainda não foi comprovada, ela ainda não foi constatada, por uma razão óbvia, o PMDB não foi ao Poder.

Por isso, Sr. Presidente, devo dizer que vamos votar favoravelmente ao requerimento, mas temos o direito de colocar a nossa opinião sobre este editorial, que foi colocado aqui e, que com certeza será colocado também pelos nobres Deputados deste plenário, a quem concedo o aparte solicitado pelo nobre Deputado Tadeu França.

O Sr. Tadeu França — Nobre Líder da bancada do PMDB, da nossa bancada, é uma grande honra ser liderado por Vossa Excelência e assistir de perto ao brilhantismo de sua argumentação.

Gostaríamos de fazer nossa, neste instante, toda esta seqüência brilhante. Na realidade apresentamos, já foi aprovado por esta Casa, a CPI da Falência dos Municípios, através de um argumentação falsa tentando ocultar a verdade aos paranaenses, aquele editorial, objeto da atual discussão, tem reproduzido aquilo que foi a filosofia de ação deste Governo, esconder a verdade ao povo.

Parabéns, nobre Líder, a nossa total solidariedade e a certeza de que, através do trabalho que não será apenas meu, será da nossa Bancada, será desta Casa toda, vamos provar que é preciso que o povo todo saiba das suas feridas, para que ele possa, juntamente conosco, caminhar na caminhada da reconstrução do Paraná, e porque não dizer, do Brasil.

Parabéns, Excelência e vamos juntos, porque a hora não é de ocultar a verdade. Se há feridas, têm que ser abertas, para serem sanadas. Parabéns, portanto, a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SQUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência.

Concedo aparte ao nobre Deputado Jorge Maia Filho.

O Sr. Jorge Maia Filho — Vossa Excelência creio que leu a notícia do jornal pela metade.

Então eu queria pedir, por obséquio, se não for incômodo, que continue a leitura da notícia do jornal, para que eu possa tecer comentários sobre isso.

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência bem poderia fazer isto, mas não há o que esconder. Prossigo na leitura.

"Em sua opinião — diz o requerimento, opinião de Vossa Excelência — o requerimento se respalda, acima de tudo, na liberdade de opinião, tão exaltada pelas lideranças daquele partido, e a esse respeito pouco há a ser analisado.

A primeira vez que o PMDB pediu adiamento de votação, foi no início da semana, quando o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto de Oliveira sugeriu que fosse dado Regime de Urgência à tramitação da Mensagem Governamental, propondo reajuste dos proventos dos funcionários públicos inativos". É a notícia.

O Sr. Jorge Maia Filho — Estou com o aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI — Perfeitamente.

O Sr. Ferrari Júnior — Gostaria de, na seqüência, apartear Vossa Excelência.

O Sr. Jorge Maia Filho — Queria dizer para que Vossa Excelência visse bem a conotação da notícia, que não estava contra o adiamento, apenas estranhando os adiamentos, principalmente com relação ao projeto dos inativos.

Agora, já não entendo esse discurso de Vossa Excelência, se é clamoroso ou é um discurso histérico. Inclusive não posso concordar com Vossa Excelência, de dizer que este Deputado "faz fuxicos pelos corredores desta Casa".

Tudo que sair em imprensa, Sr. Deputado, isso lhe asseguro e afirmo, pela minha dignidade, pela qual briguei ontem, com o Deputado Anibelli, falarei desta tribuna, porque não tenho segredos e nem necessidade de estar às escuras, em corredores fazendo fofocas, como disse Vossa Excelência.

Quero dizer que o respeito, não o desrespeitei e nunca vou desrespeitar pessoalmente qualquer Deputado que seja. Por isso, peço a Vossa Excelência que me respeite da mesma maneira como eu o estou fazendo.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Vossa Excelência me respeita condignamente, ao me chamar de histérico. Vossa Excelência tem o direito de interpretar assim, porque a histeria depende do ponto de vista de quem observa. Se fui histérico ou clamoroso, fica na avaliação de Vossa Excelência.

Srs. Deputados, antes de conceder aparte ao nobre Deputado Ferrari Júnior, quero fazer um destaque. Ontem, o Deputado Deni Schwartz, aqui, ao se despedir desta tribuna, disse que acreditava no Paraná como um Estado viável.

O nosso Secretário da Fazenda, Dr. Erasmo Garanhão, também afirmou acreditar que a arrecadação do Tesouro vai melhorar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nada tem que ver de contraditório com o que aqui temos dito. Se não acreditássemos no Paraná como um Estado viável, este Paraná que tem o povo mais trabalhador, conforme denunciou uma pesquisa realizada em caráter nacional, se não acreditássemos neste Paraná, na viabilidade dele, não estaríamos aqui, chegando ao Governo do Estado.

O que colocamos aqui é o estado de quase falimentar do Paraná, do Brasil e dos Municípios, é a péssima administração que foi feita pelos homens que governaram o Paraná até hoje. Isto não é contrariedade, e não tenho dúvida alguma que, se eles continuassem no Poder, iríamos à bancarrota. Porque a Nação hoje, está falida ou não está? Os municípios estão falidos ou não estão? E isto se deve ao Brasil pelas potencialidades, pela sua gente, ou pela incompetência, pela safadeza, pela roubalheira que se instalou neste País, pela corrupção?

Então, quando dizemos que o Estado do Paraná está numa situação difícil, é porque atribuímos essa situação difícil levada pela incompetência dos homens que o geriram até aqui, que o administraram. Mas não que nós não acreditemos neste Estado, que sob uma nova orientação, liderada por José Richa e pelo respaldo que esta Bancada haverá de dar ao novo Governo, faremos um Paraná radiante, um Paraná em que a gente, daqui, não tenha que ir para Goiás, Mato Grosso, Amazonas, um Paraná em que os brasileiros não tenham que ir para o Paraguai, um Paraná em que a falência, o desemprego, a falta de escolaridade rondem por aí.

Por isso, Sr. Presidente, quando dizemos que a situação do Estado é difícil, é pela incompetência dos homens que o geriram, mas haveremos de restaurar a confiança deste povo, porque o povo votou em nós, porque o povo acreditou em nós votando maciçamente, e o povo está do nosso lado. Deputado Ferrari Júnior.

O Sr. Ferrari Júnior — Nobre Líder, tenho a impressão de que haveria um pouco mais de paciência com alguns Depu-

tados do PDS e especialmente com o Deputado Jorge Maia Filho.

Deputado Nilso, é triste a sina do PDS, é triste. Falam em fazer oposição a partir de 15 de março, mas nobre Deputado, que tipo de oposição cabe ao PDS fazer, se até agora apoiou, aplaudiu, vibrou com um governo imposto, com um governo impulsionado por meia dúzia de mandatários deste País, com um governo que não veio com o cheiro do povo? Basta surgir no Estado do Paraná um governo democrático, um governo que vem com peso do voto, com cheiro de povo, falam em fazer oposição, e fazer ao Governo de Richa, Deputado Nilso Sguarezi, é fazer oposição ao povo.

O Richa não veio ao Governo do Estado imposto por meia dúzia de generais. Ele veio pela força popular deste grande Estado, voto por voto, urna por urna, ao passo em que falam em fazer oposição ao povo, e Richa é povo, vão apoiar e aplaudir um Governo Federal que está a matar, a massacrar a Nação brasileira diariamente. Então, a sina é triste, Deputado.

Tenham um pouquinho mais de paciência. Porque a oposição que eles falam em fazer, Deputado Nilso, só pode ser uma oposição, como eu diria, oposição maria-mole, oposição sem consistência, que chacoalha de todos os lados, porque não há uma firmeza.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e quero dizer ao nobre Deputado Jorge Maia Filho, já disse no plenário, mas parece que não se convenceu das razões porque fomos contra o requerimento de urgência da mensagem do Governo, que propõe um reajuste aos inativos.

Vou ler dois trechos da Mensagem do Sr. Governador, porque me parece que os nobres Deputados do PDS não prestaram a atenção no que o Governador falou aqui quando veio. Parece-me que não prestaram atenção. Vou reavivar a memória deles, para que percebam que este é um projeto complexo, que este projeto dos inativos, temos que ter dados elementares para poder apreciá-lo, como por exemplo, quantos inativos existem no Estado do Paraná? E a Mensagem não diz quantos. Temos que ouvir os próprios inativos para ver se eles estão satisfeitos com a Mensagem, e o regime de urgência dá apenas 48 horas para cada Comissão se pronunciar.

Como pode uma Comissão convocar inativos, Secretários de Estado, os representantes do Tesouro do Estado, para termos uma avaliação concreta desta matéria que é tão complexa? Mudaram-se os tempos. É como Vossa Excelência disse: temos que ter um pouco de calma com os representantes do PDS, até que eles mudem o comportamento ditatorial com que sempre se houveram, o comportamento de vir o pacote pronto e o Legislativo ser uma "vaca de presépio" que sempre se baixou para o Executivo, votou e disse "amém".

Mudaram-se os tempos. As prerrogativas desta Casa querem discutir na amplidão que ela tem direito todas as Mensagens do Estado.

Vejam o que o Governador diz na sua Mensagem: os estudos não foram fáceis, pois o tema é complexo e de difícil formulação, em regra geral, capaz de abranger todas as situações e apagar todas as distorções.

Em vinte anos de Governo do PDS, não mandaram uma Mensagem para regular a situação dos inativos. Mandam no fim do governo. Dois dias depois que a Mensagem entra na Casa, querem Regime de Urgência, para esta matéria que é bastante complexa. Temos que dar, como disse o Deputado Ferrari Júnior, um certo tempo, para que comece a mudar o comportamento, inclusive dos representantes do sistema, que continua autoritário, arbitrário, sem querer ouvir a sociedade.

Por isso temos que ouvir, inclusive os inativos, para saber se estão satisfeitos com o plano de lei, porque queremos fazer leis perfeitas, para que elas tenham a verdadeira duração a

que se destinam.

Por isso, Senhores Deputados, vamos votar favorável a este requerimento, e a ata dos trabalhos vai consignar, nobre Deputado Jorge Maia, que ele só foi aprovado porque a nossa Bancada está dando número, porque se retirássemos os Deputados do PMDB igual o número de Vossa Excelência, esta sessão não poderia nem ter continuidade. Então, que se diga à imprensa do Paraná, que o PMDB respeita o direito à liberdade de imprensa e aqui comparece maciçamente com a sua bancada, para aprovar este requerimento.

Por isso pedimos para discutir o requerimento, para colocar esta situação para que não houvesse mal-entendidos. E fica então Vossa Excelência sabendo, que o seu requerimento foi aprovado não com os votos de sua bancada, mas com os votos da Bancada do PMDB.

Muito obrigado, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A Mesa registra no plenário a presença do Vereador de Capitão Leônidas Marques, Tuio Zanielises, e do Prefeito de Jaguariaíva, Pedro Imar Prestes.

Consulto a Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

Usará por quinze minutos o Horário da Liderança do PDS, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já dizia Camões: "Os fatos se repetem". Quantas e quantas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e mais hoje, vimos o ilustre Líder, com seu brilhantismo, com seu afoitismo Líder do PMDB, Oposição ontem e Situação hoje, a debelar contra Jayme Canet Jr. Hoje confirmou-se, Sr. Presidente, a primeira traição ao povo, ao dizer que nos vinte anos de Governo do PDS e ARENA foi um desmando. Isto é dirigido para nós, mas principalmente, para um homem íntegro, homem bom que fez pelo Paraná o que nenhum Governador fez, o Governador Jayme Canet Jr.

Foram vinte anos de desmandos na concepção do Líder o homem que entende da política paranaense, brasileira, e quicá internacional.

Não viemos aqui para defender Jayme Canet Jr., mas viemos aqui apenas para dizer a verdade. Não foram vinte anos, Deputado Nilso Sguarezi, porque no Governo de Canet Jr., em duas trincheiras diferentes, Vossa Excelência ao atacá-lo, e nós, dentro da nossa ignorância e da nossa humildade, a defendê-lo.

Hoje Vossa Excelência confirmou, e como dizia Vossa Excelência, "os cães ladram e a caravana passa". Hoje, como dizia meu amigo Alencar Furtado, Vossa Excelência misturou "caçada de tatu com serenata".

Vossa Excelência devia ressaltar o homem que deu a vitória para o seu partido, um homem íntegro que hoje não pertence à nossa grei, mas que continuamos a admirá-lo como homem sério, como homem que defendemos desta tribuna e que Vossa Excelência o atacava.

Queria apenas um pouco de coerência. Quando Vossa Excelência chamou o Deputado de fuxiqueiro, quando Vossa Excelência estão aí as notas taquigráficas, há quatro anos atacava talvez um dos melhores Governador do Estado, que foi Canet Jr, Atacava a "casca de ovo", como diz o meu querido Deputado Fuad Nacli.

Onde está a coerência de Vossa Excelência? Onde está a coerência de sua bancada? Deputado Nilso Sguarezi, com o respeito que tenho por Vossa Excelência, com a amizade que dedico a Vossa Excelência, Deputado Anibelli, onde está a coerência de Vossa Excelência, que há quatro anos atacava este homem ilustre, que até seus vencimentos ele transferia para as entidades sociais ...

O Sr. Ferrari Júnior - Deputado, permite-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Um momento, só deixa complementar meu raciocínio.

Onde está Vossa Excelência; ilustre Líder, homem dotado, homem estudioso das leis que hoje nos quer botar à execração pública? Demos aqui e esta Bancada há de ser uma trincheira da verdade. Só pediria a Vossa Excelência que negue o que estou falando, que me chame de mentiroso...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Permite-me um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Gostaria de complementar o meu raciocínio.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Gostaria que Vossa Excelência me permitisse um aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A palavra está com o Deputado Gabriel Manoel, que dará o aparte se entender necessário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queria pedir a Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, Vossa Excelência me chamou e à minha bancada, de fuxiqueiro.

Vossa Excelência que há quatro anos atrás chamava Jayme Canet de ladrão. Chamava Jayme Canet, o homem que fez a "casca de ovo". Hoje está "de cama e mesa". Só que viemos aqui para defender o que Vossa Excelência chama de democracia. Nós aqui estamos...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Deixa complementar...

O Sr. Nilso Sguarezi — Faço um desafio a Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência achar nas notas taquigráficas desta Casa que chamei Jayme Canet de ladrão, renuncio ao meu mandato.

Se não for verdade, Vossa Excelência renuncia ao seu?

Faço o desafio a Vossa Excelência. Vossa Excelência está mentindo na tribuna.

O SR. GABRIEL MANOEL — Mentindo... não admito, Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então vamos conferir as notas taquigráficas? Aceita o desafio?

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) A palavra está com o Deputado Gabriel Manoel, que concederá aparte desde que achar necessário.

O SR. GABRIEL MANOEL — Quantas e quantas vezes não defendemos com o nosso sangue o que o Deputado Nilso Sguarezi fazia contra Jayme Canet Jr?

Estão aí as notas taquigráficas, está aí o Paraná para ver que defendíamos, embora sejamos da oposição, continuamos a defender o homem que foi um dos melhores Governadores do Paraná...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência me permite um aparte?

O Sr. Ferrari Júnior — Havia pedido um aparte ao ilustre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Permite-me um aparte?

O SR. JORGE MAIA FILHO — (Pela Ordem) Apenas dirigir ao Sr. Presidente que, quando foi interpelado o discurso do nobre Líder do PMDB, inclusive pelo Deputado que está ocupando a tribuna. Vossa Excelência pediu o silêncio e a ordem. A mesma coisa peço a Vossa Excelência, que aja desta maneira, deixando o nosso ilustre Deputado Gabriel Manoel terminar o seu pensamento e conceder os apartes que ele achar

que convier.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, mencionando o artigo que está sendo infringido, por favor.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, regimentalmente, estamos apenas pedindo e solicitando um aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Regimentalmente, de acordo com o artigo 78, a Mesa assegura a palavra ao Deputado Gabriel Manoel, que concederá aparte desde que entenda que deverá fazê-lo. E solicita à bancada do PMDB que assim entenda a posição da Mesa.

Com a palavra, o Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Queria dizer o seguinte: o Deputado Tadeu Lúcio Machado, quantas e quantas vezes chamou de "casca de ovo" a estrada que Canet Júnior construiu. (confusos apartes paralelos).

Quantas e quantas vezes não fomos nós hostilizados aqui dentro, desta mesma trincheira, que é a trincheira da democracia, e haveremos de mostrar ao nosso povo...

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Vossa Excelência permite um aparte?

O Sr. Fuad Nacli — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Não gostaria de pedir aparte.

Mas quero deixar aqui a minha posição, em defesa do meu amigo Gabriel Manoel, com referência ao aparte que o Líder da Bancada do PMDB pediu, fazendo um desafio que renunciaria o seu mandato, se o Gabriel também renunciasse.

Vou trazer os Anais desta Casa, à Assembléia Legislativa, vou dar o dia em que muitos dos Srs. Deputados criticavam o ex-Governador Canet Júnior, insinuando de sua corrupção e do seu desmando de governo. E hoje ele não pode vir aqui, defender aquilo que eles disseram.

Há necessidade de trazer ao Plenário, para a tribuna desta Casa os Anais que eu já tenho em mãos, do dia em que muitos dos Srs. Deputados, principalmente do Líder que hoje que é da oposição e que será Governo no dia 15; já é Governo nesta Casa, e vamos também trazer os problemas desta Casa, da Assembléia Legislativa, que está havendo muito desmando nesta Casa.

E vamos dar o nome aos bois. E não temos medo de renunciar ao nosso mandato, se faltarmos com a verdade, mas queremos também que ele renuncie o seu mandato, se estivermos cometendo um erro aqui nesta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dizia Rui Barbosa, "covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta".

Saibam os Senhores, saiba o Líder do PMDB, nosso companheiro, que admiramos, poderemos ter todos os defeitos mas não somos covardes. O que dizemos hoje, diremos amanhã, dissemos ontem: defendemos Jayme Canet desta tribuna, contra a sanha do homem que hoje se diz o salcador do Paraná. Não atacamos José Richa por enquanto, porque, Sr. Presidente, não sabemos da sua conduta.

Sabemos, Sr. Presidente, que como dizia aquela moça que fez aquele livro "Da Falência das Elites", estão começando a falir-se. O Governo está começando a falir. E o maior governador que já tivemos, um dos maiores, entre Paulo Pimentel e Ney Braga, foi Jayme Canet. Foi o homem que defendemos hoje e sem preocupação. E queremos dizer mais uma coisa, pediria a Vossa Excelência, Presidente Nestor Baptista, que mandasse expungir das notas taquigráficas, aquela frase que não cabe num Parlamento nacional "Deputado fuxiqueiro". Onde está isso? Deputado, onde está o tirocínio político do Líder, que eu admiro, do PMDB?

Somos minoria mas não estaremos inertes, e sim sempre alertas para defender no nosso Partido, que é um Partido de luta, que tem homens que também querem o bem-estar do Paraná e de sua gente; haveremos de mostrar ao Paraná e ao Brasil, que não somos subservientes; que não viemos aqui para escutar baboseiras, escutar claque organizada, Sr. Presidente. Sem procurar ferir o Regimento Interno onde se viu num Parlamento, Sr. Presidente, ter a claque organizada para bater palmas para os Deputados? Ou então isso aqui é um circo e nós somos palhaços?

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Antes porém, atendendo a solicitação do nobre Deputado Gabriel Manoel, de acordo com o artigo 25 do Regimento Interno, solicito que seja expungido das notas taquigráficas, termos vedados neste Regimento.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 88/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Irmandade das Irmãs Diaconisas Betânia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de agosto de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, desde 1980 é regularmente registrada, prestando relevantes serviços à coletividade como se vê do relatório anexo, que faz parte integrante desta justificativa.

Portanto, cremos que o reconhecimento pela aprovação deste projeto é medida altamente justa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 88/82

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, o presente plano de lei visa declarar de utilidade pública a Irmandade das Irmãs Diaconisas Betânia, com sede nesta Capital.

Reveste-se o processo das formalidades legais e regimentais, inexistindo óbices de ordem constitucional à normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à Aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente;

ADALBERTO DAROS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96/82, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de

Urgência. —

PROJETO DE LEI N.º 96/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores do Palácio Iguaçu - ASSEPI, com sede e foro na cidade de Curitiba tem por objetivo o conagração, a confraternização e o entretenimento dos Servidores dos órgãos sediados no Palácio Iguaçu. Acima de tudo, a mencionada associação tem na mais alta linha de conta o desenvolvimento sócio-cultural de seus associados, bem como, prestar-lhes assistência social e financeira mediante pequenos empréstimos e auxílios.

Dentro das características da associação, sobreleva notar que a mesma não possui caráter de auferição de lucros, assim como, os seus Diretores e Conselheiros estão vedados de perceber remuneração pelos cargos que exercem.

Devemos aduzir, ainda, o fato de que a ASSEPI presta assistência tanto aos servidores lotados no Palácio Iguaçu, como aos que estejam à sua disposição.

Por estarmos convencidos dos altos méritos de que se revestem as atividades da entidade, apresentamos aos nossos eminentes Pares o presente plano de lei, na certeza de seu acolhimento.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 96/82

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU", com sede na cidade de Curitiba.

Obediente às normas regimentais, e imune de vícios de ordem constitucional, está o processo em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

Em votação.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Para encaminhar) — Sr. Presidente, o projeto de lei de autoria do ex-Deputado Fabiano Braga Côrtes, utilidade pública à Associação dos Servidores do Palácio Iguaçu. Mais uma associação que se cria e realmente, isto é muito importante.

Recordo-me, embora não fosse Deputado na época, era eu vereador da minha cidade, que no Governo de Jaime Canet Júnior, muitas associações foram criadas, era uma política do então Governador. E lembro-me bem disto, lembrando que Jaime Canet, um dos líderes do PMDB, é a maior bandeira do PDS, segundo o Deputado Gabriel Manoel.

E ao cumprimentar o autor desta matéria, embora ausente, cumprimento também a ilustre Bancada do PDS através do Deputado Gabriel Manoel, que ostenta como maior bandeira o nome de Jaime Canet, nosso companheiro do PMDB.

Muito obrigado. Votamos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação o Projeto de Lei n.º 96/82.

O SR. FUAD NACLI — (Para encaminhar) Queremos deixar nosso voto bem claro. Todas as entidades ou associações de classe, nós sempre votamos favoráveis, mas na oportunidade em que nos dá o ilustre Deputado de Maringá, Ferrari Júnior, dizendo que o nosso grande líder é Jaime Canet, ele está enganado. O nosso grande líder é a nossa bancada, são os nossos companheiros.

Respeitamos o ex-Governador Jaime Canet, que foi um grande Governador do Paraná. E queremos deixar bem claro que nós, pessoalmente, aqui não temos Jaime Canet nem no nosso partido, e nem líder da nossa bancada, principalmente, de mim pessoalmente.

Agora se é uma grande bandeira do PDS, ele está muito enganado. A grande bandeira do PDS vai dar-se daqui a pouco tempo. Esperamos se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Nobre Deputado, a Mesa solicita que se atenha a matéria que está sendo votada, por gentileza.

O SR. FUAD NACLI — Gostaria de terminar dizendo o seguinte. É o aparte do ilustre Deputado Ferrari que pediu para encaminhamento de votação.

Então, como ele disse, falou em Jaime Canet, eu também tenho o direito de falar e acabei de dizer que ele não é o nosso líder e não é o líder do nosso partido, nós o respeitamos como ex-grande Governador e que foi um grande Governador do Paraná. E sempre respeitamos. E deu a vitória ao partido dos Senhores que estão no poder hoje.

Era isso que nós tínhamos que falar.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de serem determinadas providências visando a revisão dos proventos de inatividade dos ex-integrantes da Guarda Civil do Paraná. — Em votação.

O SR. FUAD NACLI — Sr. Presidente. Gostaria de saber o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, que proceda à leitura deste requerimento do Deputado Anibal Khury.

(O Sr. 1.º Secretário procede à leitura do requerimento do Deputado Anibal Khury).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Continua em votação.

O SR. JORGE MAIA — Nós demos por satisfeitos e quero congratular-me com o Deputado Anibal Khury, por tratar-se de uma classe que há muito tempo vem reivindicando, e esperamos que este requerimento seja atendido pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Em votação.

O SR. JORGE MAIA — Para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jorge Maia.

O SR. JORGE MAIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos nos congratular neste momento com o ilustre Deputado Anibal Khury, autor deste requerimento, e dizer aos

ilustres Deputados que a Bancada do PDS está totalmente favorável a este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando encaminhamento de sugestão ao Sr. Presidente do egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de atender os reclamos de populações carentes de serviços da área do judiciário, notadamente as dos distritos administrativos de Vila Alta, Município de Umuarama e Carbonera, Município de Maria Helena, sugerindo a criação dos respectivos Distritos Judiciários, nestas localidades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Conglomerado BANESTADO, encarecendo a instalação de uma agência desse estabelecimento oficial no Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão Ordinária da próxima quarta-feira, dia 16 de março do corrente, a fim de possibilitar aos membros desta Casa, assistirem a transmissão dos cargos dos novos Secretários de Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja consignado nos Anais da Casa, o editorial do "O Estado do Paraná", do dia 10 de março de 1983, com o título "Falência ou Incompetência". — **Aprovado.**

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) A fim de que os Anais da Casa registrem a presença de 25 Srs. Deputados do PMDB e apenas 8 Srs. Deputados do PDS, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere. (É procedida a verificação de votação).

30 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. — **Aprovado** o requerimento de autoria do Sr. Deputado Maia Filho. — (O editorial acha-se publicado no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 88 e 96/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/82.
Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa foi aprovada a requerimento do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, em Sessão realizada no dia 11 de março de 1983.

FALÊNCIA OU INCOMPETÊNCIA

O Deputado Erondy Silvério, ex-líder do governo na Assembléia, pronunciou naquela casa um discurso que merece ser lido com atenção e profundamente pensado. Lido e pensado por todos os paranaenses, mas especialmente pelo futuro Governador José Richa e sua equipe, até agora, a cinco dias da posse, totalmente desequipada para governar um Estado da importância do Paraná.

Erondy foi severo sem perder a elegância, a tal ponto que, em certo trecho de seu pronunciamento, não poupou elogios nem a líderes peemedebistas com expressiva participação

na formação do novo governo, como Canet Júnior.

Revolta-se o deputado Erondy Silvério, e com ele toda a bancada pedessista, contra o trabalho incessante de José Richa e seus homens, objetivando denegrir, perante a opinião pública brasileira, o nosso Estado. Com efeito, antes do pleito e principalmente após a vitória nas urnas, a equipe de Richa e ele próprio não têm feito mais do que tentar através de afirmações que não se sustentam nem nos números, nem nos fatos, mostrar que o Paraná é um Estado corrupto, desestruturado e falido, e que a nova administração herdará uma situação terrível e de difícil solução.

José Richa e seus homens já falaram em empreguismo, acusando o governo que está findando de haver nomeado, com objetivos eleitoreiros, cerca de 20.000 servidores. Posteriormente ficou provado que foram nomeados apenas uns quatro mil funcionários, na sua maioria na área da educação, para substituírem os professores aposentados graças à legislação que o senador peemedebista Álvaro Dias diz ter a paternidade. Admissões que, sequer, repuseram os que deixaram o serviço público.

Manuseando números imaginários, têm tentado os homens do PMDB, e o fez até seu líder na Assembléia, Deputado Nilso Sguarezi, mostrar "déficits" e dívidas inexistentes. E Richa repete tais fantasias, levando à opinião pública a impressão de uma situação calamitosa.

Existem hipóteses para explicar esse comportamento irresponsável dos homens que vão assumir o governo daqui a cinco dias. A primeira é de que colocam o interesse político, de diminuir o prestígio do PDS e dos homens que encerram seus mandatos, acima do bom nome e da credibilidade do próprio Paraná. O interesse em sobrepujar adversários, perante a opinião pública, alça-se sobre a dignidade e o bom nome do próprio Estado, que se busca vender à Nação como uma massa falida, financeira, administrativa e moralmente.

Erondy, numa verdadeira lição de civismo, no mesmo discurso em que, com números e fatos mostra a mentira e a irresponsabilidade daqueles que tentam manchar o bom nome do Paraná, elogia administrações passadas, qualificando o governo Paulo Pimentel como "o mais fecundo de todos", e o de Jaime Canet, como o que mais endividou o Estado, porém, dando destino profícuo aos recursos obtidos.

A segunda hipótese, que nos parece somar-se à primeira, é de que o governo José Richa está desejoso de promover uma defesa prévia perante a opinião pública. Usa aquilo que considera a melhor defesa, ou seja, o ataque, manobrando as armas do engodo com mais maestria do que se julga capaz usar as da boa gestão da coisa pública. Despreparados para gerir um Estado equilibrado numa economia nacional e internacional difícil, os peemedebistas estão tentando desviar a opinião pública, apresentando uma situação de insolvência, de falência das instituições paranaenses e principalmente do serviço público, para garantirem escusas por sua própria incompetência.

Os expedientes utilizados até agora pelos futuros governantes além de multiplicarem prejuízos para todos os paranaenses, que prezam a boa imagem justamente ostentada pelo Paraná em todo o País, podem ser um feitiço contra o feitiço. É que já daqui a menos de uma semana este Estado será administrado por José Richa, e ele precisará da credibilidade do Estado para, nos contatos com outros organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, negociar interesses efetivos desta unidade da Federação.

E a falsa pecha de Estado falido, lançada pelo PMDB, somada à incompetência até aqui revelada por seus homens, além da absoluta falta de um programa de governo, já para não falar na desequipada equipe, podem efetivamente levar-nos à condição de Estado falido, que o passado e o presente não confirmam, mas que o futuro poderá confirmar.

O Paraná está longe da falência, mas com esses propagan-

distas da desgraça e sua inabilidade e incompetência, poderá acabar falindo, não por falta de recursos, mas pela perda da credibilidade promovida por aqueles que o povo elegeu para defender e não destruir seu patrimônio e interesses.

ATOS DA DIRETORIA GERAL

Portaria:

PORTARIA N.º 94/83

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Decreto Legislativo n.º 60/83, de 31 de janeiro de 1983, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar, os funcionários abaixo relacionados todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, conforme especifica:

GABINETE DA CONSULTORIA LEGISLATIVA (G.C.L.)

Alberto Carazzai Neto
Dario Fortunato Darif
Joaquim Roberto Munhoz de Mello
José Renato Duarte
Luciano Lacerda Filho
Luiz Fernando Martins Kosop
Paulo de Tarso de Oliveira Abbas
Ricardo Sabóia Khury
Walfrido Ribeiro de Camargo
Abib Miguel
Aimoré Od Rocha
Alceu Alves Passos
Antônio Lacerda Braga Neto
Aristeu da Silva Verger
Celso Aparecido de Castro
Edouard Elias Thomé
Francisco Accioly Rodrigues da Costa
Hilário Fregoneze
Ivo Gusso
João Maria Serpa
José Guilhermino Filgueiras
Laertes Luiz Foggato
Myrthes Magda Gomes
Renato Eugênio Rebello Schaitza
Walter Adão Pinto de Macedo
Alberto Savóia Assef
Almir Santos
Antônio Martins Aníbelli
Carlos Douglas Bukowski
Durval Daros
Gabriel Quezada Filho
Ismar Delagassa Passos
Luiz Antônio Caron
Luiz Fernando Malheiros Carneiro
Manoel Aguiar Filho
Mário Henrique da Cruz
Moacir Jorge Nardi
Raimundo Carlos Capela Pioli
Rita Soares Bertoli
Ronaldo Baptista
Ronaldo Lopes Linhares
Sérgio Antônio Souto
Wilians Rolando Romanzini

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO (D.L.)

Acir Teixeira
Antônio Carlos Santos de Lacerda
Israel Diniz
Sérgio Manoel Poplade Cercal
Lélio Guimarães Sotto Maior

Maria Aparecida do Rocio Gebran do Amaral	Álvaro Sérgio Maravalhas
Marilú Fancher Becker	Celso Mariano dos Santos
Mussa José Assis	Gaudência Gil Teixeira
Sylvio Sebastiani	Lelington Lobo Franco
Esverben Guimarães Plaisant	Maria do Rosário Marques
Alston Xavier da Silveira	Nanci Terezinha Kotelak
Ênio Santangelo Malheiros	Agar Leila de Mendonça Guimarães
Geni Carneiro	Joanna de Biássio da Cunha
Ibaneza Santos Salles	Leonor Hilgert Moraes
Lúcia Maria da Veiga Segall	Lilian Mary dos Santos Rebello
José Tarquínio Isfer	Siomara Lopes Gomide
Rosi Maria Bandeira de Assis	Maria Elisa Moro
Solon Fontoura Rodrigues	Agildes de Oliveira Martins
Adairton Borges dos Santos	Cléa Carneiro Teixeira
Adalberto Daros	Diva do Valle Cavalcanti
Albino de Brito Freire	Eumênia de Oliveira Triches
Alfredo Presta	Jayro Camargo
Amaury Schimmelpfeng Ramos	João Alberti Andretta
Antônio Cecy	Marlene Couto de Cristo
Antônio Gulbino	Alzemiro Artigas
Bogdano Karpen	Anna Rosa Bello Viana
Cesar Augusto Leoni	Arlette Belmont Zeballos
Darci Antônio Budel	Ayrton Precoma
Dimitrya Pirih Maranhão	Celi Eucléia Galliano
Dino José Bronze de Almeida	Cenira Silveira da Costa
Dulcídio Rocha Caldeira Júnior	Ernesto Peracetta
Edgar Távora Júnior	Francisco Bubniak
Elói Mezzadri	Heitor Gurgel do Amaral Valente Neto
Emerentino da Cruz Pacca	Hilda Mathies Blanc
Emílio Mauro Barbosa	Iolanda Guimarães Mello de Castro
Gerson Evangelista Passos	Ione Chaves Caprilhone Garcez da Luz
Gilberto Daros	Ione Maria da Conceição Xavier da Costa
Hilton Ronald Alice	Jair Cordeiro Ferreira Alves
Hugo Martins Kosop	João Cruz
Ihor Baranhuk	Jorge Assad Mansur
Ilson Estevão de Almeida	José Ary Valério
João Caxias Urban	Lauro Alcântara Martins
Joguibe Mansur	Luciano Antônio Bittencourt
José Ary Nassiff	Luiz Carlos Caron Grossi
Juares de Quadros Gonçalves	Luiz Carlos Monteiro
Lídia Muchinski	Luiz Fernando Flores
Luiz Carlos Martins Araújo	Maria de Lourdes Maltauro
Luiz Losso	Maria Elizabete Poli Kuroski
Manrique Gândara Filho	Marlene de Brito Perrone
Maria de Lourdes Bizetto Reque	May Fair Perine
Nelson Sílvio Salles	Miguel Jorge Nassar Neto
Neusa Alves de Oliveira	Nelita Ribeiro Harttmann
Osmar Luiz Degalassa Passos	Nilva Maria Moro
Oswaldo Marques	Norma Buest Rosário
Paulo Henrique de Arruda Gonçalves	Odir Gomes da Rocha
Pedro Alvares dos Santos	Ophir Fabelino de Souza
Plínio de Sotti Lopes	Ruy Ribas de Oliveira
Rafael de Lala Sobrinho	Angelina Garcia Pacheco
Wilson Ramos	Belkiz Fernandes
Doroti Wolkmer Linhares	Celina Bianchi
Helena Regina Stephan	Emília de Miranda Becker
Luiz Lima	Haroldo do Nascimento
Ayrton Luiz Batista	José Alves Guimarães
Gilberto Bittencourt Fontoura	José Elias Martins
Jorge Kudri	Lázaro da Silva
Lindamir Edil Caran	Luiz Alberto Martins de Oliveira
Luiz Fernando Tatara Ribas	Mário Augusto Guerra
Nilton Busato	Olga Maria da Rocha Athayde de Camargo
Oleni Ferreira Lima	Paulina Scherner Simões
Ruth de Camillo Russi	Valdomira Demeterco
Sebastião de Lima Cardoso	Alceu Ramos
Zeno Paciornik	Almir Monteiro
Lupercina Rocha Conte	Gabriel Brotto

José da Trindade
Júlia Jolinski de Paula
Luiz Brotto Neto
Dorival Delagassa

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (D.A.)

Irani Carini
Ayrton Alves Aranha
Boanerges de Menezes Caldas
Lígia Maria da Silva
Sérgio Valério Antanuccio
Alceu Walter Niedzwiedz
Almir Oliveira dos Santos
Anna Christina Souza
Antônio Carlos Dantas
Antônio Ceccon
Antônio João Greber
Bertoldo Schwarzbach
Carlos Augusto Fernandes
Célia Maria Gracia Hatsbach
Clarice Fróis de Miranda
Clemetilde Delfina Bortolon
Duílio Dias
Emílio Reinoldo Greber
Euthália Martins da Silva
Francisco de Oliveira Bini
Francisco Taborda Ribeiro
Herculano Cordeiro
Iglair Smaniotto
Jandyr Nardin
Joaquim Antônio Rodrigues
Joaquina Lourenço José
Jonas de Souza Porto
José Afonso Coelho
José Estefano Brito Witoslawski
Joubert da Silva Santos
Julieta Rosa Sampaio
Leonildo Marchioro
Luiz Augusto Cantador
Luiza Zack Viente
Maria Ignésia Cavallari Fagundes
Maria Leonilda Rocha Zanetti
Maria Menegusso
Maria Moreira Maceno
Maurício Gonçalves
Maximínio Cardoso
Nelson André Araújo
Nelson Augusto Araújo
Neusa Olívia Melara
Noir Pacheco
Normando Pedro Culpí
Odahir Cosmos
Orlando Sabotto
Raul Wolf
Reginaldo Xavier Bittencourt
Rubens Damas
Sebastião Bueno
Sérgio Zacarias
Zelma Lopes Wojcik
Zildete Teixeira
Alice do Rosário Antunes
Alexandre Radichewski
Aracy Zech
Aurora Ribeiro Gonçalves
Cenira dos Santos Freitas
Gioachino Sugamosto
Isaura Bueno
Izair Pereira Flores

Izolla Gilastao Barrichello
Joana Maciel Farias
João Martins Sobrinho
Joel da Silva Natal
José Carlos Janjão
José Carlos Pereira Portella
José Checheliski
Josina Pereira Janjão
Madona Sidilha dos Santos Loyola
Marcionílio Sancho Cambuhy
Maria Dolores Túlio Barvik
Osvaldo Farias
Rosalina Pereira Santin
Zenaide Silva Filpo
Andreina Correia Alves
Brígida Lobo Kolarovics
Cesar Augusto Agostini Pinto Nunes
Francisca da Silva Cavaleiro
Genir dos Santos Fernandes
Honória Martins Silveira do Valle
Hilza dos Santos Lopes
Iraci da Silva Rudnik
Ivete Henequem Dranka
Jacyrá Machado Bini
João Farinhak
Joana de Lima
Lindamir Gonçalves Borgonovo
Maria de Lourdes Santos
Maria Neide Bozza Stival
Marlene Perry Gonçalves
Rosária Cardoso de Lima
Sinhorinha Bernardi
Tabajara Martins

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS (D.F.)

José Olímpio Sotto Maior Macedo
Lóris Cordeiro de Barros
Ruth Carvalho de Mello
Wilson Kaiei
Celso Araújo Júnior
Adilson Vicentini
Edmir Enézio da Silva
Edson Carlos de Oliveira
Eleovan Cezar Ribeiro
Gabriel Luiz Franceschi
Marina Cunha Martins
Severo Olímpio Sotto Maior
Valter Antônio Marchiorato
Farid Luiz Guérios
Glacy Belich
Jonas Zampier
José Carlos Pereira Paiva
José Paulo Orth
Manoel Martins de Castro
Moisés Abdala Magalhães
Antônio dos Santos Ribas
Atílio Pereira de Lima
Ayned Maria Reinert Tizzot
Edu Liberti
Eleni Silveira
Janet da Silva Santos
Juracy José Somavilla
Marcos Uniga
Maria Alexandrina Moreira Pôncio
Maria Arantes de Lima
Dirceu Gonçalves Cordeiro
Eldo Gevezier
Izidoro Ceccon

Maria do Rocio Medeiros Witoslawski

Olga Popovitch

Rui Francisco Gabardo

DEPARTAMENTO DE PESSOAL (D.P.)

Acir Villatore

Jose de Arymathéa Cleto

Cleide Angelina Molinari da Silva

Honorino Luiz Colla

Josepha Kucek Levandoski

Luiz Carlos Molinari

Luiz Fernando de Oliveira

Nevinha Maria Cardoso

Valdícir Nassar

Renê Vasco Garcia

Rute da Silva Lopes

SERVIÇO MÉDICO

Edgar Santos Buquera

Fernando José Puppi

Inolan Antônio Guiginski de Oliveira

José Antônio Maringuê

José Cardoso de Azevedo

Nelson Emílio Marques

Gerson Nemes

Rogério Antônio Souza do Nascimento

DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA (DDL)

João Farias

Luiz Fernando Gottardi

Maria Hercília Câmara Conter

Gilberto Lamparelli da Silva

SERVIÇO ODONTOLÓGICO

Alceu Ivo Costacurta

Darci Kliemann

José Suplicy de Lacerda

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

DEPARTAMENTO FINANCEIRO -- CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE FEVEREIRO DE 1983

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 -- Tesouraria	60.042.732,94	PESSOAL	284.620.000,00
		211.101 -- Venc. e Vantagens Fixas	- 0 -
		211.102 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -
		211.103 -- Contribuições de Prev. Social	10.830.000,00
		211.104 -- Outras Obrigações Patronais	92.240.000,00
		211.105 -- Inativos	24.880.000,00
		211.106 -- Pensionistas	1.930.000,00
		211.107 -- Salário-Família	- 0 -
		211.108 -- Outras Transf. a Pessoas	414.500.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 -- Venc. e Vantagens Fixas	284.408.336,09	211.201 -- Material de Consumo	4.500.000,00
202.111.12 -- Desp. Variáveis C/P/Civil	- 0 -	211.202 -- Serv. de Terceiros e Encargos	45.120.000,00
202.111.21 -- Contribuições de Prev. Social	- 0 -	211.203 -- Desp. dos Exc. Anteriores	1.100.000,00
202.111.22 -- Outras Obrigações Patronais	8.696.537,23	211.204 -- Subvenções Sociais	9.280.000,00
202.112 -- Material de Consumo	4.299.515,00	211.205 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -
202.113 -- Serviços de Terceiros e Encargos	85.398.729,00	211.206 -- Assist. Médico-Hospitalar	60.000.000,00
202.114 -- Desp. dos Exerc. Anteriores	1.290.161,12	CAPITAL	
202.121 -- Subvenções Sociais	9.280.000,00	211.301 -- Obras e Instalações	- 0 -
202.122.1 -- Inativos	92.129.286,85	211.302 -- Equip. e Material Permanente	- 0 -
202.122.2 -- Pensionistas	24.682.014,00	CREDITORES	
202.122.3 -- Salário Família	1.856.635,20	212.101 -- Despesas Empenhadas	398.080,15
202.122.4 -- Apoio Financeiro a Estudantes	- 0 -	213.101 -- Despesas Processadas	10.332.127,09
202.122.5 -- Assist. Médico-Hospitalar	- 0 -	213.20 -- Folha de Pagamento	12.828.051,33
202.122.6 -- Outras Transferências a Pessoas	- 0 -	213.30 -- Restituições	235.766,12
202.131 -- Obras e Instalações	- 0 -	CONTAS PENDENTES	
202.132 -- Equip. e Material Permanente	30.000,00	215.101 -- Outras Contas Pendentes	999.505,44
		RESTOS A PAGAR	
CONTAS PENDENTES		216.10 -- Empenhadas	90.971.227,26
203.101 -- Despesas Diferidas	20.536.000,00	216.209 -- Processadas Creditores	1.581.723,77
203.201 -- Outras Contas Pendentes	282.798,00	216.30 -- Cred. em Consignações	- 0 -
		216.405 -- Procces. Folha de Pagamento	92.552.951,03
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 -- Consignações	11.816.471,51
		TOTAL DO PASSIVO	592.932.745,43
		TOTAL DO ATIVO	592.932.745,43